

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2001

A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, em 29 de Dezembro de 2000, a suspensão parcial, por 24 meses, do Plano Director Municipal de Mirandela, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/94, de 2 de Novembro, e objecto de uma alteração ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/97, de 17 de Outubro.

A suspensão incide sobre uma pequena área situada na confluência dos rios Rabaçal e Tuela, classificada no Plano Director Municipal como «áreas de importante valor paisagístico» e «áreas de protecção à fauna e flora», e tem em vista viabilizar a construção de uma estação de tratamento de água (ETA), aí não admitida pelo Plano.

Como fundamento da suspensão, o município invoca tratar-se de uma infra-estrutura indispensável e sem

alternativa viável de localização, uma vez que naquele local existem captações e outras infra-estruturas imprescindíveis ao seu funcionamento.

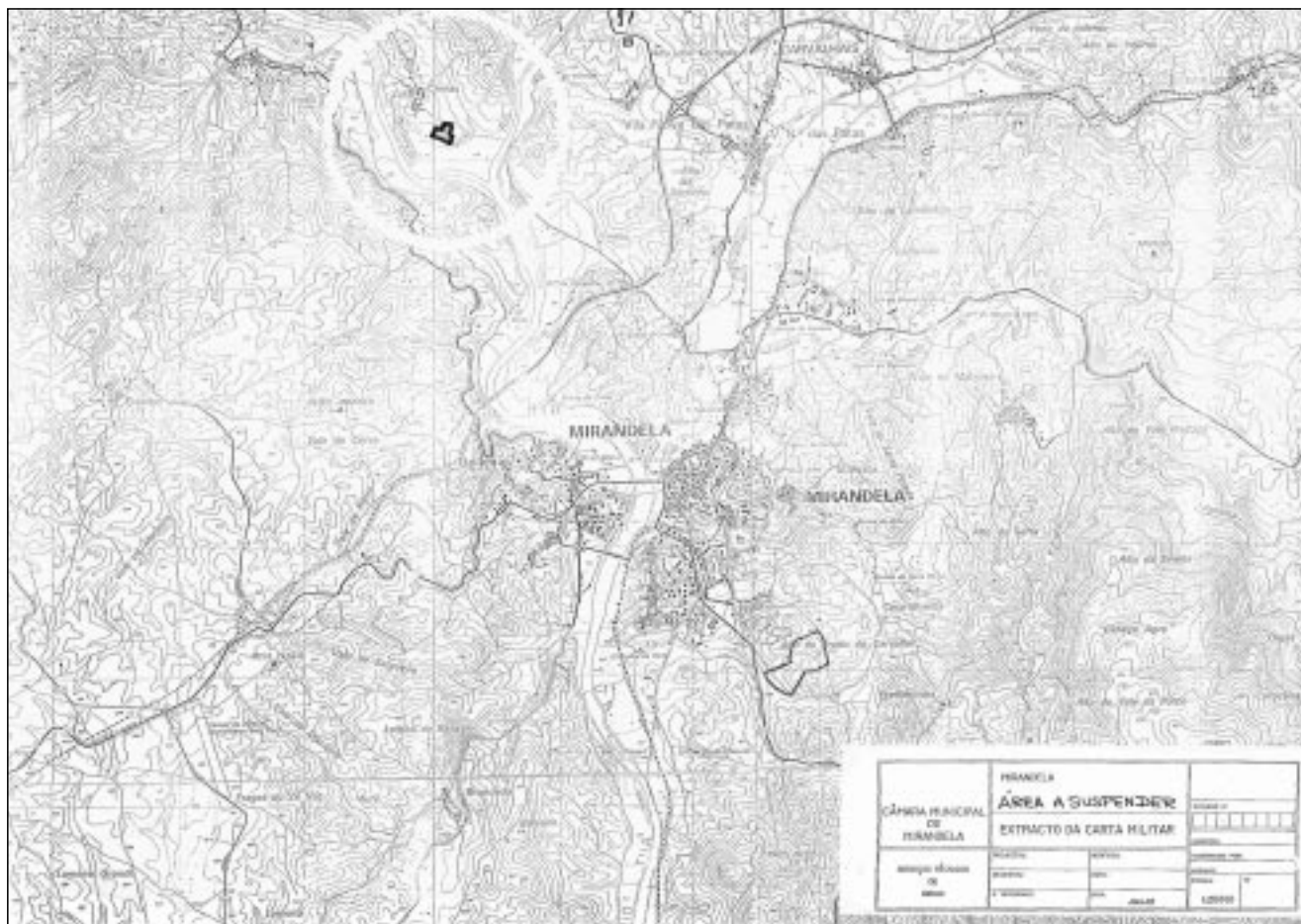
De mencionar que se encontra em curso a revisão do Plano Director Municipal.

Considerando o disposto no n.º 8 do artigo 80.º e na alínea b) do n.º 2 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

Ratificar a suspensão, por 24 meses, do Plano Director Municipal de Mirandela na área situada na confluência dos rios Rabaçal e Tuela, assinalada na planta anexa a esta resolução e que dela faz parte integrante.

Presidência do Conselho de Ministros, 16 de Agosto de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.



Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2001

Foi apresentada pela Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, uma nova proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município de Almeirim, tendente a substituir a constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2000, de 17 de Julho.

Tal alteração surge na sequência da necessidade de ampliar as instalações industriais da COMPAL — Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S. A., localizadas inteiramente em solos integrados na Reserva Ecológica Nacional.

Sobre a referida delimitação foi ouvida a Câmara Municipal de Almeirim.

A Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional pronunciou-se favoravelmente à delimitação proposta, nos termos do disposto no artigo 3.º do diploma atrás mencionado, parecer consubstanciado em acta da reunião daquela Comissão, subscrita pelos representantes que a compõem.

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Almeirim, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2000,

de 17 de Julho, com as áreas a integrar e a excluir identificadas na planta anexa à presente resolução, que dela faz parte integrante.

2 — A referida planta poderá ser consultada na Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Lisboa e Vale do Tejo.

3 — É revogada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2000, de 17 de Julho.

Presidência do Conselho de Ministros, 16 de Agosto de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 1078/2001

de 5 de Setembro

Constitui interesse e dever de Portugal, no âmbito dos compromissos internacionalmente assumidos, designadamente como membro da OTAN, e em obediência aos objectivos de política externa definidos no Programa do Governo, visando contribuir para a estabilidade internacional, participar na operação «Essential Harvest» destinada a recolher armas e munições do National Liberation Army (NLA) na antiga República Jugoslava da Macedónia.

O Governo, após solicitação da OTAN, deliberou aprovar o envolvimento de uma equipa de EOD (Explosive Ordnance Disposal) para apoiar aquela operação.

Foi informada a Assembleia da República e ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 41.º e no n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, e nos termos do artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º Autorizar o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a aprontar, sustentar e empregar a equipa de EOD para participar na operação «Essential Harvest» a fim de verificar a condição das armas e munições recolhidas, incluindo os agentes incapacitantes e os utilizados em operações de controlo de multidões, fazer a sua selecção e aconselhar o seu armazenamento, movimento ou destruição.

2.º A equipa de EOD é constituída por cinco militares do Exército e respectivo equipamento.

3.º Temporariamente, e em avaliação permanente, poderão ser utilizados outros meios dos três ramos das Forças Armadas para apoio e sustentação da equipa de EOD.

4.º A missão terá a duração de 30 dias, podendo este período ser prorrogável.

5.º De acordo com o n.º 5 da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, os militares que integram a equipa nacional desempenham funções em país de classe C.

O Ministro da Defesa Nacional, *Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena*, em 24 de Agosto de 2001.